



Ouvidoria

Câmara Municipal de São Paulo

Relatório Mensal Dezembro de 2018 Balanço Anual



**Acesso à
Informação**



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Tel 0800-322672
Site <http://www.camara.sp.gov.br>

Viaduto Jacareí, 100 – Bela Vista
São Paulo – SP | CEP 01319-900

Email:
ouvidoria@camara.sp.gov.br

Mesa Diretora

Milton Leite

Presidente da Câmara Municipal de São Paulo

Rodrigo Goulart

1º Vice-Presidente

Soninha

2º Vice-Presidente

Arselino Tatto

1º Secretário

Celso Jatene

2º Secretário

Souza Santos

Corregedor Geral

George Hato

2º Suplente

Equipe da Ouvidoria

Cláudio Castello de Campos Pereira

Ouvidor do Parlamento

David Santos

Ouvidor Adjunto do Parlamento

Equipe Técnica

Eliete Andreoli Padovani

Fátima Fungaro

Rubens de Sousa Veiga

Vânia Gatti Miguel

Wilson Roberto Santos

Wilson Roberto Thomazini

Estagiários

André Luiz da Silva Pereira (Gestão de Políticas Públicas)

Ariovaldo Santa Cruz Caetano (Gestão de Políticas Públicas)

Bárbara Medina França (Serviço Social)

Carolina Helena Rodrigues (Gestão de Políticas Públicas)

Jhonny Grilo Pereira de Oliveira (Direito)

Letícia Gonçalves de Paula (Direito)

Marianna Membribes (Serviço Social)

Pedro Henrique Rodrigues da Silva (Serviço Social)

Ricardo Sanches Tomazoli (Gestão de Políticas Públicas)

Thais Brandão Ruffo (Serviço Social)

Vinícius Daniele (Direito)

Vivian Ramalho de Alcantara (Psicologia)

Sumário

Apresentação.....	7
Apresentação de Dados	8
Manifestações do Mês	11
Manifestações Pendentes	12
Balanço Anual de 2018 - LAI.....	16
Comparativo com Demais Anos	14
Lei de Acesso a Informação (LAI).....	16
Transparência Pública.....	18
Ouvidoria do Parlamento e a LAI.....	19
Modalidades de Atendimento	20
Canais de Atendimento da Ouvidoria.....	22

Apresentação

O presente relatório é o resultado das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria do Parlamento no que tange ao cumprimento da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei de Acesso à Informação (LAI). É norteado pelo princípio da publicidade garantido no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. Busca também cumprir os requisitos do Programa de Dados Abertos instituído pelo Ato Legislativo nº 1.156/2011 da Câmara Municipal de São Paulo e regulamentado pelo Ato da Mesa Diretora Nº 1.231/13.

Por meio da Ouvidoria Parlamentar e em conformidade com o Ato da Mesa Diretora Nº 1231/13, a Câmara Municipal de São Paulo **PUBLICA O RELATÓRIO MENSAL DE DEZEMBRO DE 2018**, o qual disponibiliza informações relativas às tratativas das demandas do mês citado, recepcionadas no Sistema de Informação ao Cidadão e no Sistema de Atendimento da própria Ouvidoria Parlamentar.

A Ouvidoria é, assim, a porta de entrada para as solicitações relativas à LAI, assumindo também o gerenciamento dessas demandas e as tratativas no seu fluxo de atendimento. Para tanto busca criar ferramentas que possam dar maior agilidade ao atendimento das demandas que chegam ao Parlamento. A ferramenta para solicitar informações está no Portal da CMSP. Por este Portal o cidadão pode tirar suas dúvidas sobre a implementação da LAI no Poder Legislativo, assim como requisitar dados.

Apresentação de Dados

No período de **Dezembro** de 2018, compreendido entre 01/12/2018 e 31/12/2018, foi registrado na Ouvidoria da Câmara Municipal de São Paulo o total de **15 (quinze)** demandas relacionadas à **Lei de Acesso à Informação**. No mês de DEZEMBRO não houve solicitação passível de **CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA**, em conformidade com o artigo 23 da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011 e com o Ato da Mesa Diretora nº 1.231/2013 da Câmara Municipal de São Paulo.

O gráfico abaixo demonstra que as solicitações LAI foram realizadas por 8 (oito) manifestantes do gênero feminino e 4 (quatro) do gênero masculino.

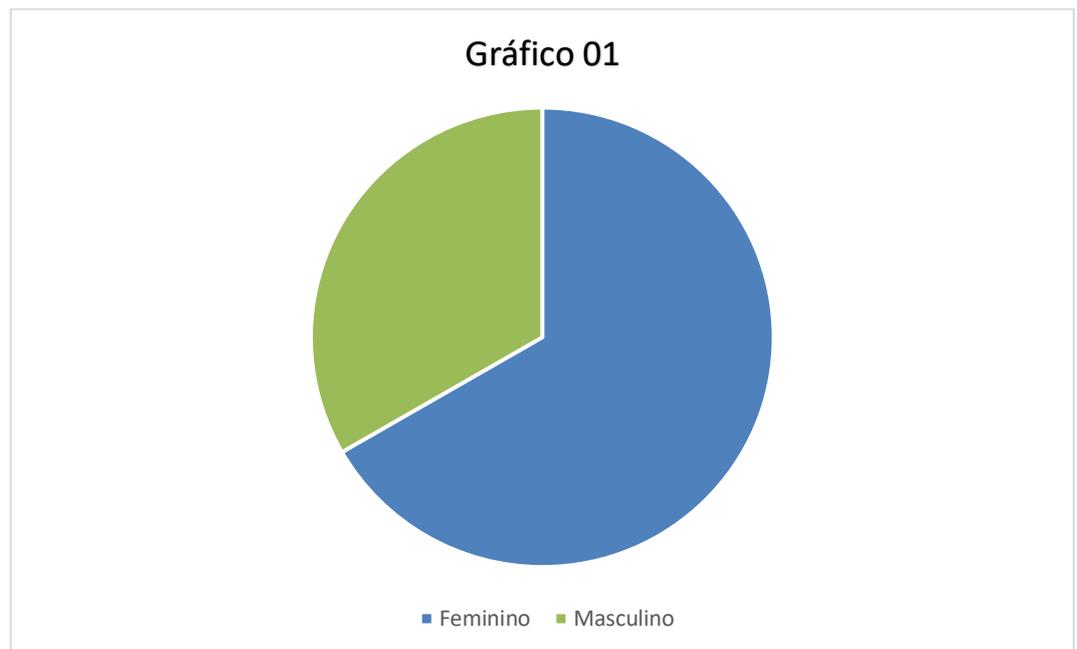


Gráfico 01 – Gênero dos Manifestantes

Nos canais de atendimento da Ouvidoria para manifestações LAI constata-se uma preferência constante pelo Portal do Cidadão seguido pelo E-mail.

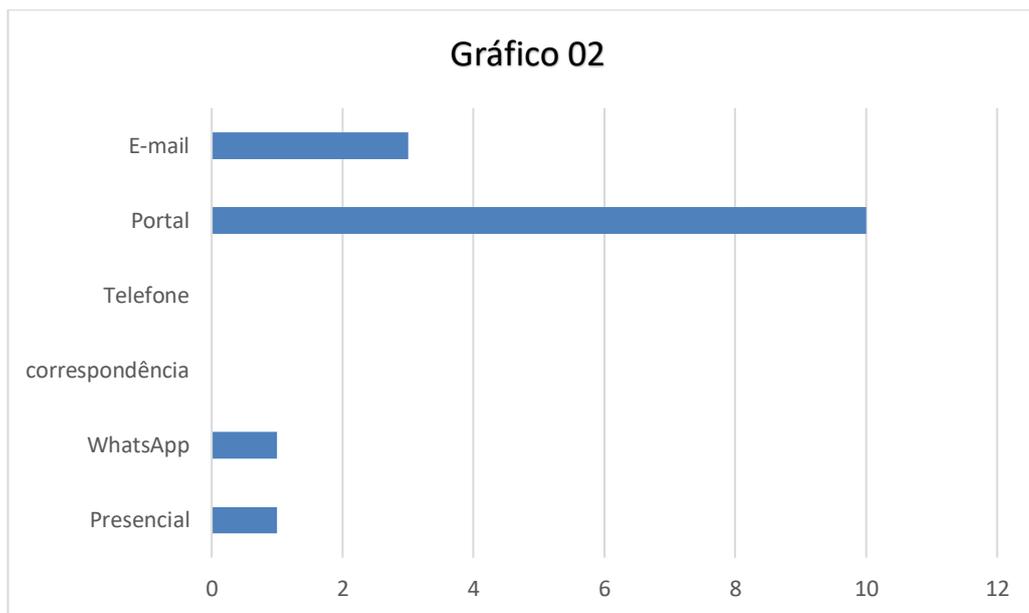


Gráfico 2 – Canais de Atendimento da LAI

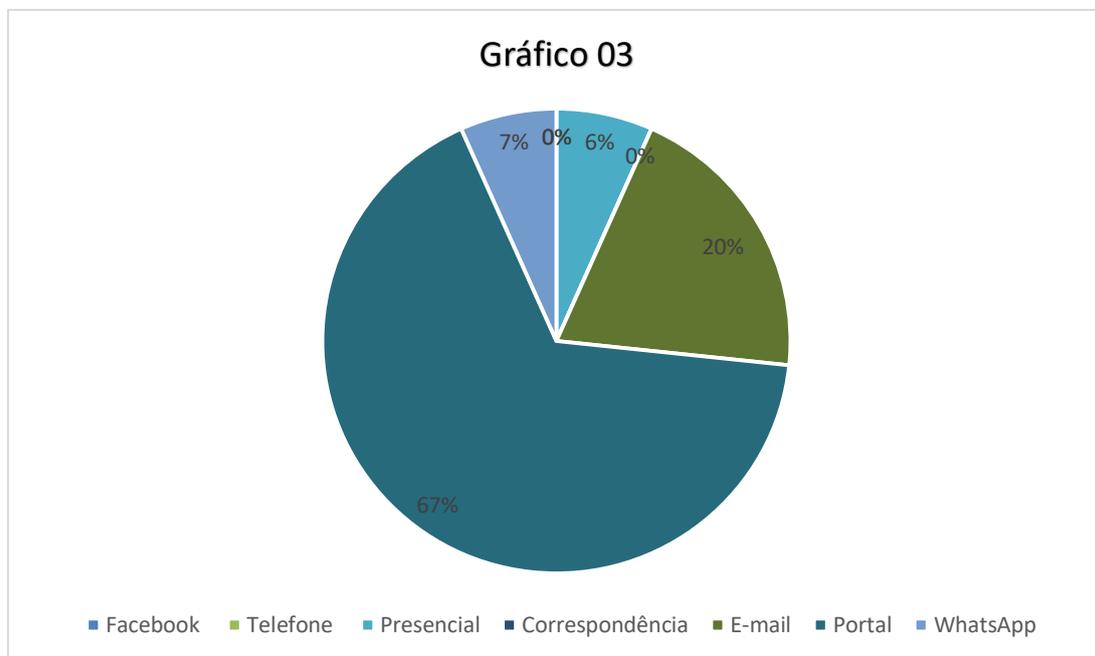


Gráfico 3 – Canais de Atendimento da LAI

Manifestações do Mês

Em DEZEMBRO registrou-se as seguintes manifestações em conformidade com a LAI:

- Solicitação de informação sobre a composição da Mesa Diretora da 8ª à 17ª Legislaturas
- Solicitação da formação da Comissão de Finanças e Orçamento desde a 8ª até a 17ª Legislatura.
- Pedido da formação da Comissão de Administração Pública do período da 8ª à 17ª Legislaturas.
- Solicitação de dados sobre a formação da Comissão de Constituição e Justiça desde a 8ª Legislatura até a 17ª.
- Pedido de acesso a ofício do Sindilex e pedido da relação nominal dos servidores que ganham gratificação por apoio ao trabalho nas Comissões e no Plenário.
- Solicitação de acesso a informações sobre as Leis de Diretrizes Orçamentárias dos anos de 2000 a 2005 e de 2015 a 2017.
- Solicitação de informação sobre pedidos de auditoria entre os anos de 2017 e 2018.
- Pedido de acesso ao acervo dos atendimentos prestados pela Ouvidoria da Câmara Municipal.
- Solicitação do número de convites que o Parlamento Paulistano fez a membros do Poder Executivo durante o ano de 2017 e quais deles foram aceitos.
- Solicitação de mídia da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente realizada na Câmara Municipal.
- Dois pedidos de dados sobre fiscalização de gastos de gabinetes dos vereadores.
- Solicitação de informação sobre a Lei de Zoneamento.
- Solicitação de Informação a respeito da Consultoria Técnica de Economia e Orçamento.
- Solicitação de informação sobre a administração da Câmara Municipal de São Paulo.

Manifestações Pendentes

A LAI estabelece 20 dias como prazo, tendo ainda mais 10 prorrogáveis, para o atendimento das solicitações dos cidadãos, prazo que a Ouvidoria em parceria com os demais setores da Casa, busca cumprir rigorosamente. As **23 (vinte e Três)** demandas pendentes de **DEZEMBRO**, assim como, as remanescentes dos meses anteriores, estão em análise dos setores competentes. Não há registros de protocolos indeferidos pela Ouvidoria.

Protocolo	Assunto	Data	Data de Encaminhamento	Período em Aberto
16868	Setores da CMSP	15/12/16	15/12/16	746 dias
22575	Setores da CMSP	20/07/17	20/07/17	529 dias
23889	Legislação	11/09/17	11/09/17 06/11/17 REENVIO 28/11/17 REENVIO 19/04/18 REENVIO	476 dias
25423	Aposentadoria	10/11/17	13/11/17 19/04/18 REENVIO	416 dias
29717	Projeto de Lei	29/05/18	04/06/18	213 dias
31431	TV Câmara	22/08/18	22/08/18	135 dias
31970	Setores da CMSP	17/09/18	19/09/18	108 dias
224	Setores da CMSP	12/11/18	12/11/18	55 dias
263	Projeto de Lei	13/11/18	23/11/18	44 dias
266	Projetos de Lei	13/11/18	23/11/18	44 dias
420	Setores da CMSP	23/11/18	26/11/18	41 dias
590	Setores da CMSP	30/11/18	30/11/18	37 dias
610	Funcionários	02/12/18	04/12/18	33 dias
611	Funcionários	02/12/18	04/12/18	33 dias
612	Funcionários	02/12/18	04/12/18	33 dias
613	Funcionários	02/12/18	04/12/18	33 dias
699	Projetos de Lei	04/12/18	04/12/18	33 dias

Manifestações Pendentes

713	Setores da CMSP	05/12/18	07/12/18	30 dias
721	Projetos de Lei	05/12/18	07/12/18	30 dias
793	Setores da CMSP	10/12/18	10/12/18	27 dias
880	Funcionários	14/12/18	17/12/18	20 dias
920	Projetos de Lei	05/01/19		2 dias
1002	Setores da CMSP	22/12/18	26/12/18	09 dias

Tabela 1 – Protocolos Pendentes até 31 de Dezembro de 2018

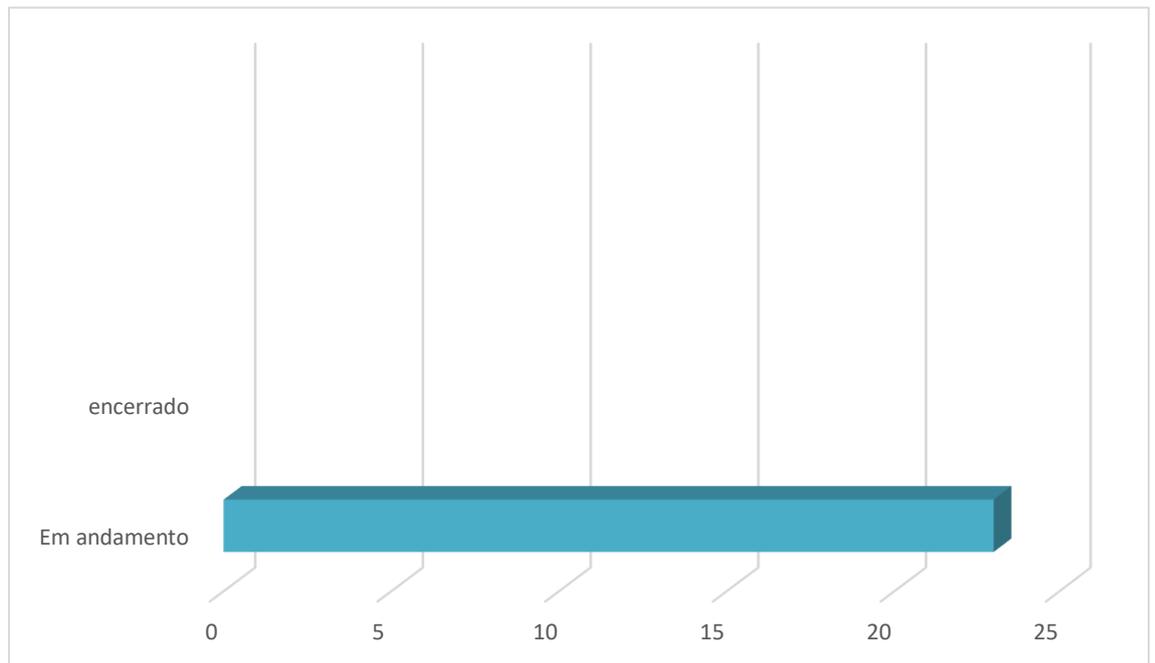


Gráfico 5 – Situação dos Protocolos de Dezembro

Cláudio Castello de Campos Pereira

Ouvidor do Parlamento

São Paulo, 31 de dezembro de 2018

Balanco Anual de 2018 - LAI

No ano de 2018, a Ouvidoria do Parlamento registrou protocolos condizentes com o que estabelece a Lei de Acesso à Informação. No mesmo ano não houve solicitações passíveis de CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA, em conformidade com o artigo 23 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e com o Ato nº 1.211/2013 da Mesa Diretora da Câmara Municipal de São Paulo e as demais integralmente atendidas. Tais solicitações caracterizaram-se como restritas ao classificarem-se, conforme anexo do ATO nº 1211/13, em documentos arquitetônicos estruturais (plantas, cortes, vistas, detalhes construtivos etc.), de instalações elétricas e de instalações hidráulicas do Palácio Anchieta.

Pode-se depreender que o ano de 2018 teve um maior número de solicitações relacionadas à LAI no mês de Dezembro com 15(quinze) manifestações e Outubro com 6(seis) manifestações. Nos outros meses não houve registro de manifestações.

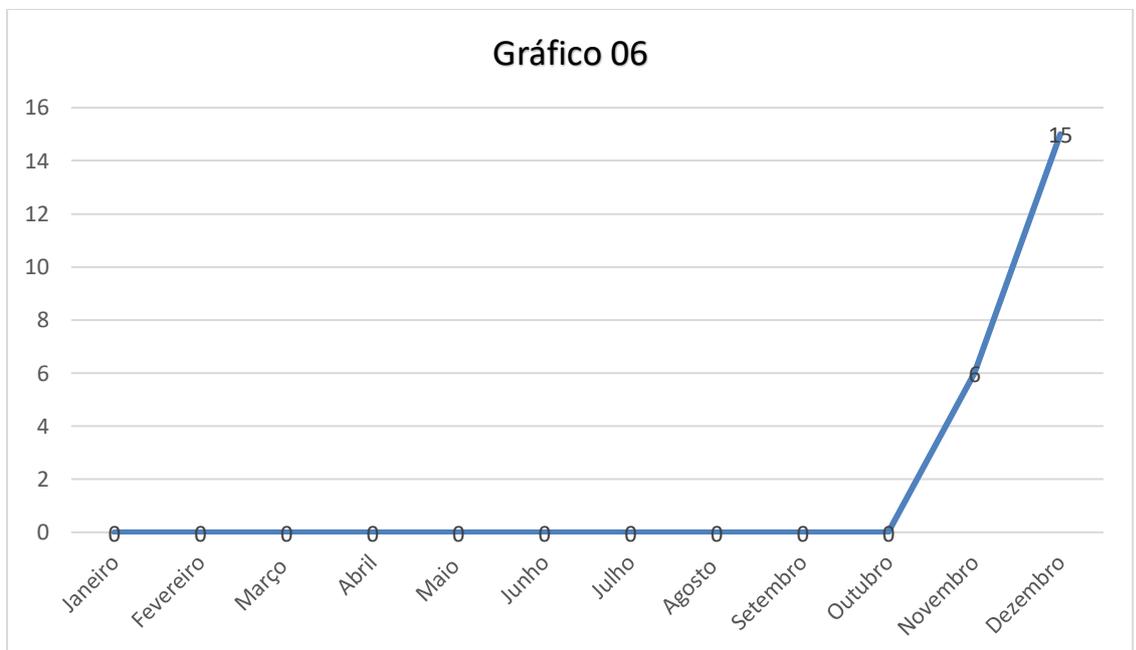


Gráfico 6 – Quantidade de Solicitações ao Longo de 2018

Mês	Qtd.
Janeiro	0
Fevereiro	0
Março	0
Abril	0
Mai	0
Junho	0
Julho	0
Agosto	0
Setembro	0
Outubro	0
Novembro	6
Dezembro	15

Tabela 2 – Quantidade de Solicitações ao Longo de 2018

O gráfico abaixo demonstra que as solicitações LAI de 2018 foram realizadas por 53% de manifestantes do gênero feminino e 47% do gênero masculino.

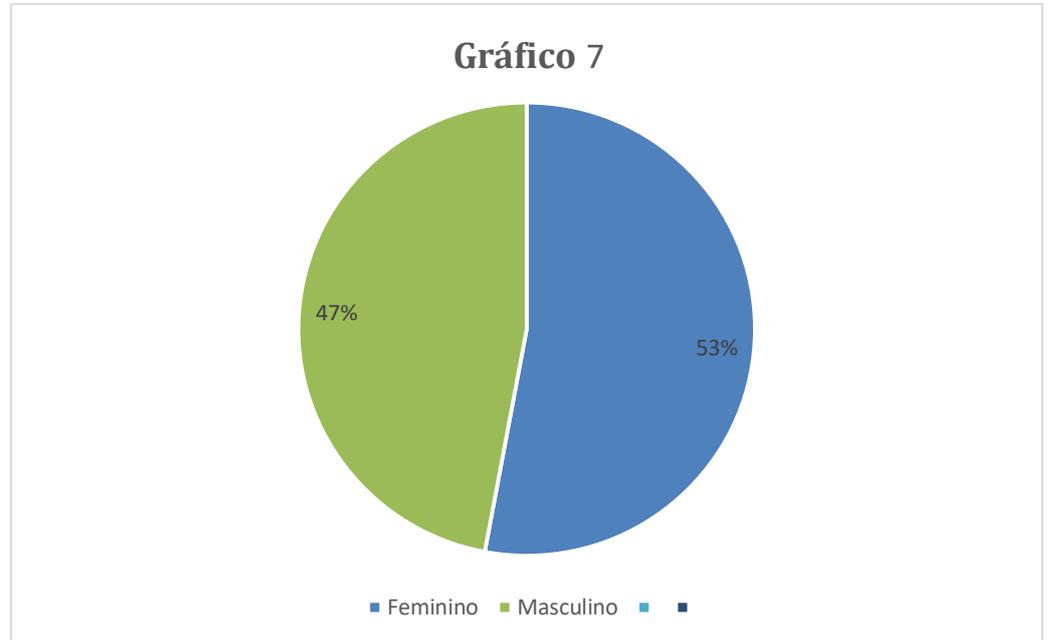


Gráfico 7 – Gênero dos Manifestantes de 2018

Nos canais de atendimento da Ouvidoria para manifestações LAI constata-se uma preferência constante pelo Formulário Portal, que corresponde a 12 das 21 manifestações.

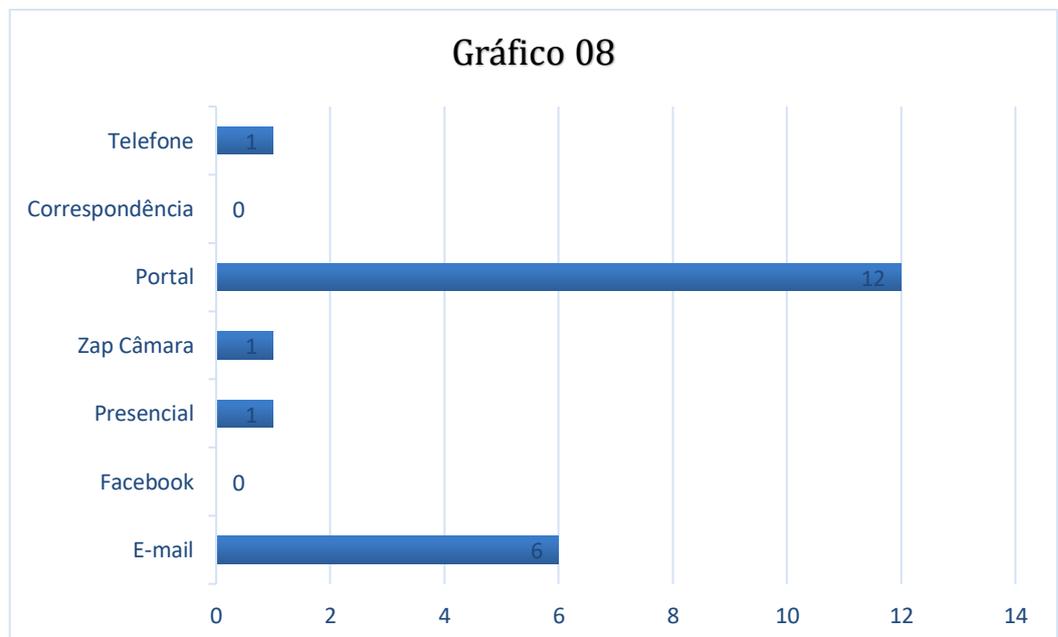


Gráfico 8 – Canais de Atendimento de 2018

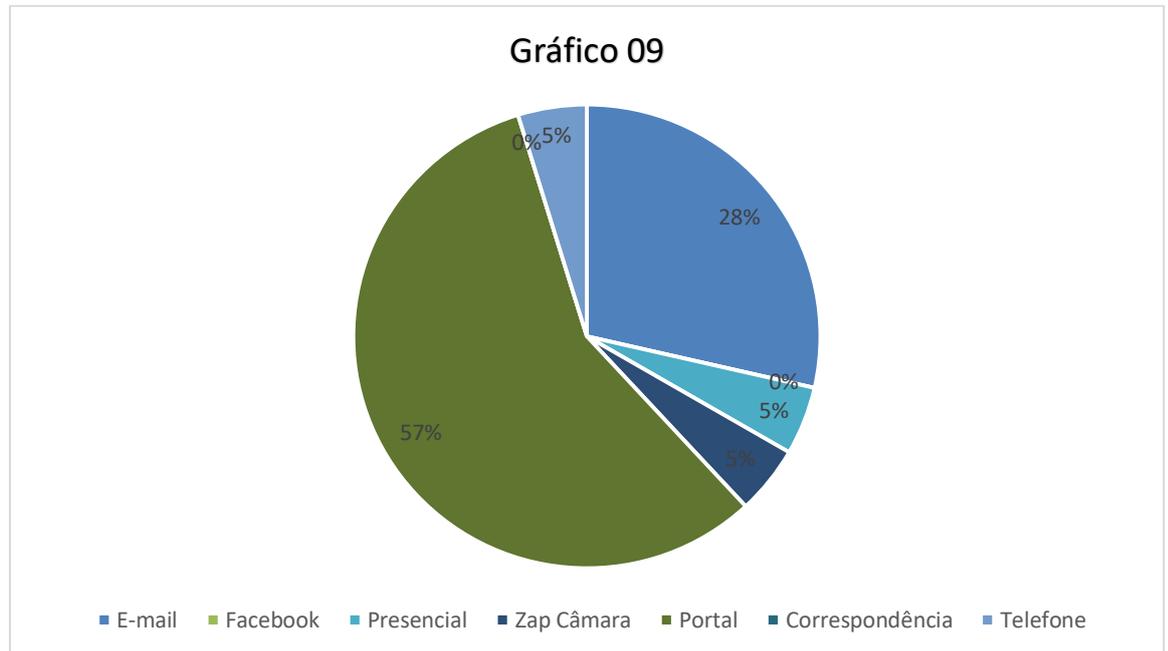


Gráfico 9 – Canais de Atendimento de 2018

As manifestações LAI contemplam uma ampla diversidade de assuntos. Durante 2018 os assuntos relacionados à Funcionários CMSP foram os mais solicitados.

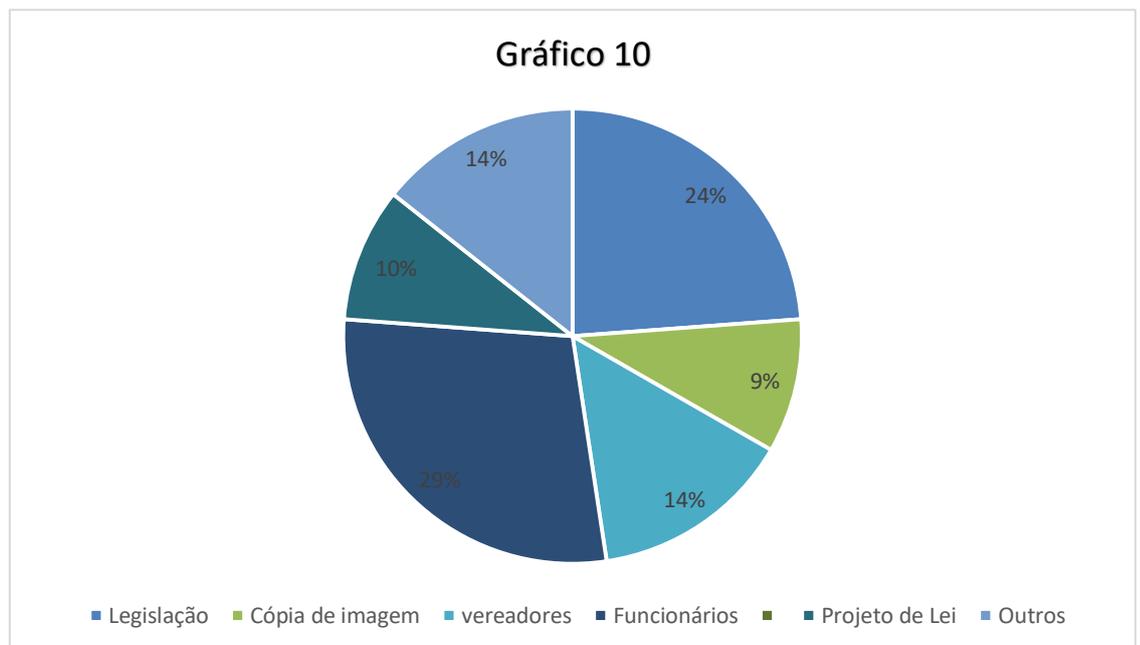


Gráfico 10 – Assuntos das manifestações de 2018

Gráfico 10 – Assuntos das manifestações de 2017

O gráfico abaixo representa a classificação da demanda LAI. As Atividades Legislativas representam 67% e estão relacionadas à Legislação, Projeto de Lei, Comissões Parlamentares, Audiências e outros. Já as Atividades Administrativas foram relacionadas em 33% das manifestações .

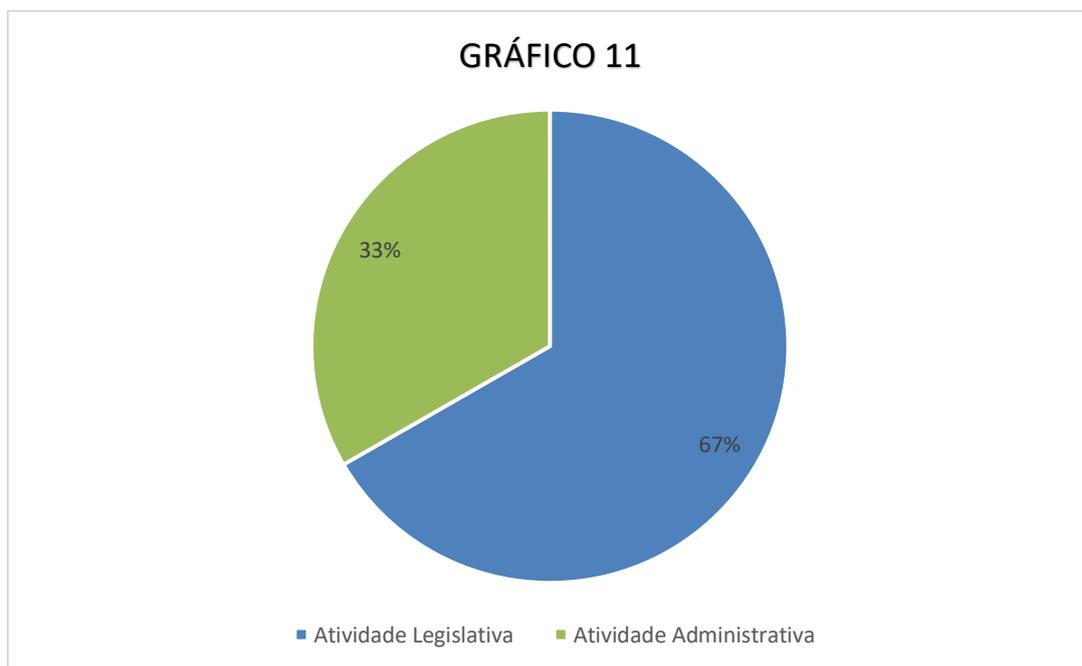


Gráfico 11 – Competências das Manifestações de 2018

Comparativo com demais anos

Através da compilação de dados é possível fazer um comparativo entre os anos de atividade da Ouvidoria, período compreendido entre 2013 e 2018.

O ano de 2018 foi o com menor número de solicitações relacionadas à LAI. Foram 21 demandas em 2018 enquanto a de maior número foi em 2017 com 166 manifestações. Na contagem mês a mês, 2018 também possui o maior número de protocolos na maioria das vezes.

Mês	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Janeiro	7	5	5	6	13	0
Fevereiro	7	8	3	6	9	0
Março	14	8	4	11	12	0
Abril	5	8	2	5	12	0
Maio	12	7	5	7	14	0
Junho	6	7	14	24	10	0
Julho	18	6	10	13	13	0
Agosto	6	8	2	14	30	0
Setembro	7	6	3	11	11	0
Outubro	12	6	3	5	16	0
Novembro	9	9	5	5	17	06
Dezembro	3	6	3	6	9	15
Total	106	84	59	113	166	21

Tabela 3 – Quantidade de Manifestações Mês a Mês

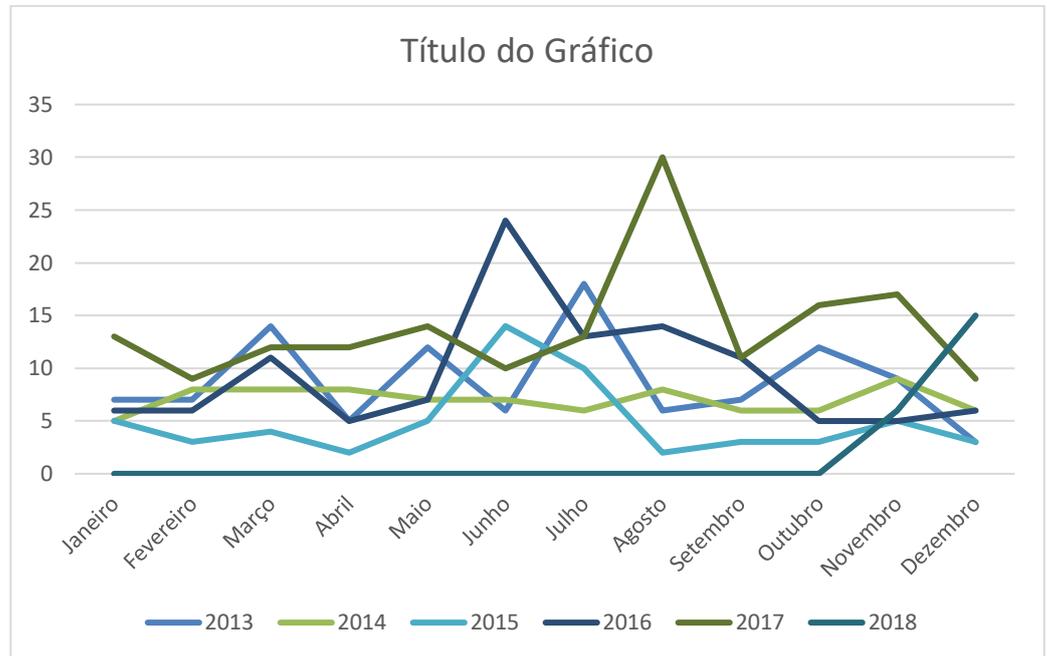


Gráfico 12 – Quantidade de Manifestações Mês a Mês

A média de solicitações foi de 2 em 2018 enquanto 2017 foi de 14 e 9 em 2016.

Ano	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Média	8	7	5	9	14	2

Tabela 4 – Média de Solicitações por Mês ao Longo dos Anos

Nota-se que o ano de 2018 é o que teve maior demanda por informações legislativas.

Competência	Ano					
	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Atividade Legislativa	63%	53%	60%	65%	51%	67%
Atividade Administrativa	37%	47%	40%	35%	49%	33%

Tabela 5 – Competência das Manifestações ao Longo dos Anos

Cláudio Castello de Campos Pereira
Ouvidor do Parlamento
São Paulo, 31 de Dezembro de 2018

Lei de Acesso a Informação (LAI)

Sancionada em novembro de 2011, a Lei de Acesso à Informação (LAI) obriga Municípios, Estados e União a tornarem público seus dados, admitindo o sigilo apenas como exceção. Com isso, ficou estabelecido que os órgãos públicos dos Três Poderes e das diferentes esferas governamentais, assim como órgãos da administração indireta e organizações que recebam verbas públicas, têm a obrigação de divulgar integralmente as informações de interesse público pela internet, cumprindo o princípio da transparência ativa.

Ao mesmo tempo em que prevê que os gestores publiquem seus dados de forma a facilitar o acesso a tais informações por parte da sociedade civil, a LAI criou mecanismos de transparência passiva, facultando a todo cidadão a solicitação de dados adicionais. Nesses casos, o prazo máximo estipulado pela LAI para que o cidadão obtenha a resposta desejada – ou para que o mesmo seja instruído a respeito da forma como poderá obtê-la – é de 20 dias, prorrogáveis por mais 10 dias. A Lei garante ainda ao cidadão recursos em 1ª e 2ª instância.

A Câmara Municipal de São Paulo é pioneira entre as Casas Legislativas do País na implementação de uma política de transparência. O Portal da Transparência do Legislativo paulistano oferece amplo acesso a documentos sobre contratos, despesas e atividades parlamentares, assim como a possibilidade de os cidadãos requisitarem informações adicionais que não estejam sob sigilo.

Dessa forma, o interessado pode solicitar ao Parlamento toda informação que esteja sujeita a publicidade como: informações produzidas ou acumuladas por órgãos e entidades públicas; informações produzidas ou mantidas por pessoas físicas ou privadas que possuam vínculos com órgãos e entidades públicas; informações sobre atividades de órgãos e entidades, inclusive suas políticas

organizacionais e serviços; informações pertinentes ao patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitações e contratos administrativos; informações sobre políticas públicas, inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas.

O Ato Legislativo nº 1.156/11 da mesa da CMSP dispõe sobre os padrões técnicos do formato aberto em que os dados devem ser entregues, segundo as definições adotadas pela Open Knowledge Foundation e pelo Consórcio W3C (World Wide Web Consortium, fundado por Tim Bernes Lee em 1994, que desenvolve recomendações para a produção de informação via web), instituições que são referências internacionais em dados abertos.

Transparência Pública

Falar de dados abertos tem se tornado cada vez mais comum no que tange à promoção da transparência pública, seja ela passiva ou ativa, pois para que haja a efetivação do controle social é preciso que se divulguem as formas pelas quais a sociedade pode exercer tal controle. Ter acesso à informação é, assim, uma das condições básicas para se exercer o controle social. Segundo a Constituição Federal, todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Sendo assim, o Programa de Dados Abertos, instituído pelo Ato Legislativo nº 1.156/2011 da CMSP vem ao encontro da implementação da LAI ao determinar que os dados apareçam de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão, além de estipular formatos abertos e que facilitem a análise. Os metadados (úteis para identificar, localizar, compreender e gerenciar os dados) também devem estar disponíveis, assumindo, assim, a CMSP a responsabilidade de garantir o princípio da publicidade das informações de interesse público, entregando aos cidadãos dados em formatos abertos.

Ouvidoria do Parlamento e a LAI

A Câmara Municipal de São Paulo instituiu, por meio da Lei 15.507/11, a Ouvidoria do Parlamento, com a missão de ser o canal de comunicação permanente e universal entre o cidadão e a Casa. Colocada a serviço do interesse público, a Ouvidoria colabora para a transparência das ações e para a formação de uma cultura que respeite os Direitos Humanos, promova a Cidadania e a Democracia.

Por meio da Ouvidoria as pessoas podem se manifestar, ajudando a manter o que está dando certo e sugestionando o que pode ser melhorado e aprimorado. Dessa forma, a Ouvidoria foi escolhida pela Casa para gerenciar o SIC-Serviço de Informação ao Cidadão, garantindo a qualquer interessado o acesso às informações, conforme o Artigo 5º do Ato da Mesa Diretora nº 1.231/13 da Mesa da Câmara Municipal de São Paulo.

Consequentemente, em conformidade com o § 1º e § 2º do Artigo 30 da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, fica à disposição da sociedade a consulta pública dos dados na sede do Legislativo paulistano por meio da Ouvidoria do Parlamento.

Modalidades de Atendimento

A modalidade **Atendimento ao Cidadão** pode ser caracterizada como de “acolhida” aos cidadãos. Estando a Ouvidoria do Parlamento dentro de uma casa pública ela recebe, por vezes, pessoas com demandas divergentes das que integram seu núcleo original de competências. Mantemos, porém, a convicção de que devemos fornecer o máximo possível de informação também nesses casos. Ou seja, realiza-se também pela Ouvidoria do Parlamento o atendimento primário de pessoas que procuram outras casas de interesse público como a Prefeitura e suas Secretarias. Muitos estão à procura de atendimento da assistência social, atendimento psicológico, ou informações de procedimentos diversos como, por exemplo, atendimentos jurídicos, cabendo-nos fornecer a essas pessoas as informações para que se dirijam aos locais mais apropriados para o atendimento demandado. Contamos também com a sala da 3ª Idade, provendo um atendimento humanizado para as pessoas que muitas vezes procuram a Casa com demandas delicadas, que necessitam de atenção diferenciada.

O **Atendimento da Ouvidoria** é a modalidade de atendimento que caracterizamos como própria dos serviços típicos de uma Ouvidoria: receber e dar curso às denúncias, críticas, elogios e solicitações relativos às atividades da Câmara Municipal de São Paulo, assim como das pessoas que nela trabalham, bem como fornecer aos cidadãos as informações da Casa como localização de gabinetes, vereadores, lideranças, horários de reuniões e Comissões e demais eventos. Por meio do quadro abaixo é possível visualizar as modalidades de diferentes tipos que a Ouvidoria desta Casa provê:

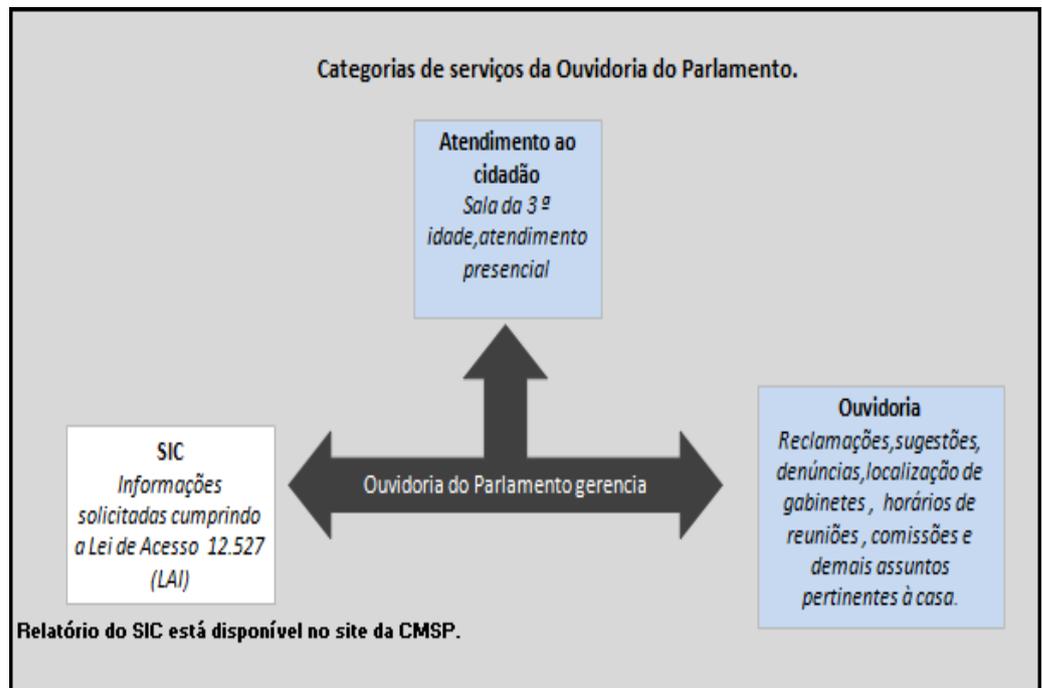


Imagem 1 – Serviços da Ouvidoria

Canais de Atendimento da Ouvidoria

A Ouvidoria do Parlamento possui diferentes canais para o atendimento das demandas dos munícipes: presencial, eletrônico (e-mails, formulários disponíveis no site e rede social), telefônico e correspondência (carta).

O atendimento **PRESENCIAL** é realizado no Palácio Anchieta, sede da Câmara Municipal de São Paulo, no Viaduto Jacareí, 100 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01319-900 – 1º Subsolo, sala 29. Horário de Funcionamento: de segunda a sexta, das 9 às 18 horas.

E-MAIL: ouvidoria@camara.sp.gov.br.

FACEBOOK:

<https://www.facebook.com/camaraSaoPaulo/app/206429986046631/>.

FORMULÁRIO DO PORTAL da CMSP: <http://www.camara.sp.gov.br/fale-conosco/ouvidoria/>.

TELEFONE: 0800-322-62-72 (ligação gratuita). Horário de Funcionamento: segunda a sexta, das 8 às 19 horas.

CORRESPONDÊNCIA: carta endereçada à Câmara Municipal de São Paulo, a/c Ouvidoria do Parlamento: Viaduto Jacareí, 100 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01319-900.

WHATSAPP: (11) 94153-3277

